



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO

JUIZ TJ PR

1º Simulado Especial

1º Simulado Juiz TJPR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJPR;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJ-PR-08-08>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Não pode requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão:

- a) o credor da obrigação vencida e não paga;
- b) o herdeiro presumido;
- c) o que tiver sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) o cônjuge do ausente, desde que não esteja separado de fato por mais de dois anos.

02. Em relação ao dever de pagar alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) o pagamento de mais de 50% da dívida é capaz de evitar a prisão civil;
- b) não é possível a realização de acordo com a finalidade de exonerar o devedor do pagamento de alimentos, visto ser questão de direito fundamental;
- c) não incide desconto de pensão alimentícia sobre as parcelas denominadas diárias de viagem e tempo de espera indenizado;
- d) o prazo prescricional para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem, é de quatro anos.

03. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou:

- a) à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que indiretamente resultarem da evicção;
- b) às custas judiciais, mas não aos honorários do advogado por ele constituído;
- c) à indenização dos frutos que tiver restituído voluntariamente;
- d) às custas judiciais.

04. Em relação à compra e venda, assinale a alternativa correta:

- a) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
- b) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
- c) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.;
- d) podem ser comprados em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamentários e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração.

05. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

06. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar.

07. Prescreve em um ano:

- a) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- b) a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;
- c) a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;
- d) a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

08. Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável;
- b) a coisa consignada pode ser objeto de penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.;
- c) o consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição;
- d) é contrato gratuito.

09. Não podem casar:

- a) os menores de dezesseis anos, em qualquer situação;
- b) os parentes colaterais, até o quarto grau;
- c) as pessoas casadas, salvo as separadas de fato a mais de dois anos;
- d) os ascendentes com os descendentes, desde que seja o parentesco natural.

10. A sociedade conjugal termina:

- a) pela morte de ambos os cônjuges;
- b) exclusivamente pela nulidade do casamento;
- c) pelo divórcio;
- d) pela morte de um dos cônjuges, mas não pela morte presumida em razão da ausência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

11. Sobre os deveres do juiz previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, sendo excluídas desta regra apenas aquelas hipóteses previstas expressamente no Código de Processo Civil.
- c) Incumbe ao juiz determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que incidirá a pena de confesso.
- d) Incumbe ao juiz, quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, extinguir os processos individuais e oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública para promover a propositura da ação coletiva respectiva.

12. Sobre os meios consensuais de solução dos conflitos e sua disciplina legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- b) A confidencialidade estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes, mas os mediadores e conciliadores detêm a obrigação de depor acerca dos fatos ou elementos oriundos da conciliação ou mediação.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação somente não será realizada se não for admitida a autocomposição em relação ao objeto da demanda ou se se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.
- d) O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, mas não alcança a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

13. Sobre a disciplina do litisconsórcio no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O litisconsórcio será facultativo na hipótese de não haver previsão legal acerca de sua obrigatoriedade.
- b) No litisconsórcio facultativo, a sentença proferida sem a integração do litisconsorte será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- c) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio necessário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- d) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

14. Sobre as tutelas provisórias e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:

O Código de Processo Civil não prevê a existência de processo autônomo de natureza cautelar. Na hipótese de tutela cautelar requerida em caráter antecedente, efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

O Código de Processo Civil prevê procedimentos distintos em relação à tutela cautelar e à tutela antecipada requeridas em caráter antecedente. Caso entenda que o pedido formulado como tutela cautelar tenha natureza de tutela antecipada, o juiz deverá determinar a emenda da petição inicial para adequação do procedimento.

Em relação à tutela antecipada requerida em caráter antecedente, a tutela torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. Nesta hipótese, o processo será extinto sem resolução de mérito.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas no item III.
- d) Apenas nos itens I e III.

15. Em demanda veiculando pedido de natureza condenatória proposta por Gabriel contra Renato, o juiz entendeu não haver necessidade de produção de outras provas e julgou antecipadamente o mérito. Em sua sentença, o juiz julgou procedente o pedido formulado por Gabriel e condenou Renato ao cumprimento de obrigação de fazer; no mesmo ato, concedeu tutela de evidência em benefício do autor e indeferiu o pedido formulado pelo réu em contestação para a concessão dos benefícios da gratuidade.

- a) Contra a sentença caberá apelação, sem efeito suspensivo. Contra a concessão da tutela de evidência e o indeferimento da gratuidade, caberá agravo de instrumento.
- b) Contra a sentença caberá apelação, sem efeito suspensivo. A questão relativa ao indeferimento da gratuidade deverá ser apreciada preliminarmente ao julgamento do recurso.
- c) A interposição de recurso de apelação por Gabriel dependerá do recolhimento das custas, diante do indeferimento do pedido de gratuidade.
- d) Contra a sentença caberá apelação, com efeito suspensivo. A questão relativa ao indeferimento da gratuidade deverá ser apreciada preliminarmente ao julgamento do recurso.

16. Sobre o procedimento da liquidação de sentença, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor.
- b) Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- c) Na liquidação por arbitramento, aplicável quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação, o juiz nomeará desde logo perito para elaboração de laudo pericial e intimará as partes para, no prazo de 15 dias, arguir o impedimento ou suspensão do perito, se for o caso, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.
- d) Na liquidação pelo procedimento comum, aplicável quando houver necessidade de alegar e provar fato

novo, o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se, a seguir, no que couber, o procedimento comum.

17. No que diz respeito às ações de despejo, assinale a alternativa correta:

- a) É possível a concessão de medida liminar para desocupação em 15 dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada caução no valo equivalente a 3 meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo o inadimplemento de aluguel e acessórios em prazo superior a 3 meses.
- b) É possível a concessão de medida liminar para desocupação em 15 dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada caução no valo equivalente a 3 meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo o término do prazo da locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em até trinta dias após o vencimento do contrato.
- c) A sentença que decreta o despejo não pode ser executada provisoriamente.
- d) A sentença que decreta o despejo pode ser executada provisoriamente desde que o contrato de locação esteja desprovido de qualquer das garantias previstas na Lei 8.245/91.

18. A respeito das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- b) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é taxativo, por isso não admite a interposição de agravo de instrumento em hipóteses não previstas expressamente no dispositivo legal.
- c) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é taxativo, mas admite interpretação extensiva, ampliativa ou analógica e por isso admite a interposição de agravo de instrumento em hipóteses não previstas expressamente no dispositivo legal.
- d) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil é meramente exemplificativo, e por isso admite a interposição de agravo de instrumento em relação a qualquer decisão interlocutória proferida no processo.

19. Alécio propôs demanda contra Alípio veiculando pedidos de condenação do réu ao pagamento de danos morais e materiais. Na fase de julgamento conforme o estado do processo, o juiz julgou antecipada e parcialmente o mérito em relação ao pedido de condenação de Alípio ao pagamento de indenização por danos morais, por entender que não havia necessidade de produção de outras provas; em relação ao pedido de condenação do réu ao pagamento de danos materiais, determinou a produção de prova pericial. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Alécio poderá, desde logo, requerer o cumprimento provisório da decisão condenatória, independentemente de caução e ainda que Alípio interponha recurso.
- b) Alécio não poderá requerer o cumprimento imediato da decisão, o que dependerá do seu trânsito em julgado.
- c) Alécio poderá, desde logo, requerer o cumprimento provisório da decisão condenatória, mediante pagamento de caução e ainda que Alípio interponha recurso.

d) Alécio poderá liquidar desde logo a decisão condenatória, se for o caso, mas não poderá requerer o seu cumprimento antes do trânsito em julgado.

20. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- b) A desistência do recurso não impedirá o exame de mérito do incidente, hipótese em que o Ministério Público deverá assumir a sua titularidade.
- c) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva, mas ele deve ser extinto na hipótese de julgamento e fixação da tese pelo tribunal superior.
- d) O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente do tribunal e o seu julgamento caberá ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de relações consumeristas.

I A decadência do art. 26 do CDC é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.

II As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

III A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

22. À luz do Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens.

I O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

II O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

III Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, o consumidor poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

23. Em 03/08/2012, por volta de 10h50min, na Rua das Flores, José foi vítima de atropelamento provocado pelo auto-ônibus de propriedade da empresa Viação Urbana, causando-lhe lesões. O motorista se evadiu do local sem prestar socorro, sendo certo que o fato se deu devido à imprudência do preposto da empresa, na condução do veículo, já que ao manobrá-lo para sair do ponto de ônibus existente no local, atropelou José, que exercia a sua função de gari, e se encontrava varrendo o meio-fio. Diante dessa situação, em 03/08/2016, José ajuizou ação indenizatória em face da empresa. Acerca do tema, é correto afirmar:

- a) A circunstância de o único vitimado pelo acidente causado pelo ônibus, quando da prestação de serviços de transporte de pessoas, ser terceiro à relação de consumo afasta a sua condição de consumidor por equiparação.
- b) A incidência do microsistema normativo do Código de Defesa do Consumidor exige apenas a existência de uma relação de consumo sendo prestada no momento do evento danoso, ainda que somente contra terceiro, o denominado bystander.
- c) Tendo em vista que a ação foi ajuizada em 2016, em relação ao fato ocorrido em 2012, está prescrita a ação, por aplicação da regra da prescrição trienal prevista no Código Civil para reparação civil.
- d) O consumidor bystander está incluído no conceito de consumidor conferido pelo Código de Defesa do Consumidor, como destinatário final do bem ou serviço.

24. À luz da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- a) É obrigatória a restituição em dobro da cobrança indevida de tarifa de água, esgoto, energia ou telefonia, salvo na hipótese de erro justificável, que não decorra da existência de dolo, culpa ou má-fé.
- b) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios, independentemente da caracterização da relação de consumo e da abusividade estar cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto.
- c) Ainda que não exista anotação irregular nos órgãos de proteção ao crédito, a mera cobrança indevida de serviços ao consumidor gera danos morais presumidos.
- d) A ação de indenização por danos morais decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes sujeita-se ao prazo quinquenal do art. 27 do CDC.

25. Maurício, servidor público municipal, foi acometido de uma grave doença e buscou tratamento médico, com acompanhamento domiciliar, a ser custeado pela Caixa de Assistência à Saúde dos servidores públicos, autarquia municipal criada para oferecer serviços de saúde de assistência à saúde e previdência social aos servidores municipais e seus dependentes. O custeio foi negado sob o argumento de que a Caixa não cobre este tipo de tratamento. Diante disso, Maurício ajuizou ação contra a Caixa pedindo o pagamento das despesas de sua internação e tratamento médico domiciliar. Acerca dessa situação é correto afirmar:

- a) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.
- b) A Lei dos Planos de Saúde, Lei nº 9.656/98, não é aplicável à pessoa jurídica de direito público de natureza autárquica que presta serviço de assistência à saúde de caráter suplementar aos servidores municipais.
- c) Internação domiciliar e assistência domiciliar, não se confundem, sendo aquela entendida como conjunto de atividades de caráter ambulatorial, programadas e continuadas desenvolvidas em domicílio, que não obriga o custeio pelo plano de saúde.

- d) É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser abusiva a cláusula contratual que veda a internação domiciliar (home care) como alternativa à internação hospitalar.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A Constituição Federal de 1988 dedica especial atenção à criança e ao adolescente. Com base na Carta Magna e no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, uma gama de direitos, inclusive o direito à educação. Em razão da solidariedade entre família e Estado, o Supremo Tribunal Federal entende ser completamente vedado o ensino domiciliar (*homeschooling*).
- b) Admite-se a aplicação de medida de internação quando verificada a gravidade abstrata do ato infracional supostamente protagonizado por adolescente.
- c) Não é admitido o reconhecimento da filiação quando for verificado que o filho age movido unicamente por razões econômicas.
- d) Como medida de preservação da família e de seus vínculos, em observância aos interesses do menor, não é permitida a expulsão de estrangeiro cujo filho brasileiro esteja sob sua guarda e seja economicamente dependente, ainda que o reconhecimento da filiação ou a adoção seja posterior ao fato ensejador do ato expulsório.

27. A Lei nº 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamento a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Sobre referido diploma legislativo, pode-se afirmar que:

- a) A execução das medidas socioeducativas será regida pelo princípio da legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso que o conferido a adulto.
- b) O princípio da excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas não permite que sejam adotadas formas de autocomposição dos conflitos.
- c) Deve ser observado o princípio da absoluta prioridade e intervenção quando da execução das medidas socioeducativas.
- d) O fortalecimento dos vínculos familiares apresenta papel norteador na execução das medidas socioeducativas, mas os vínculos comunitários não possuem a mesma relevância.

28. Em relação às viagens realizadas por crianças e adolescentes, e nos termos estabelecidos pelo ECA, assinale a alternativa correta:

- a) A autorização judicial para viagens poderá ser concedida pela autoridade judiciária, a pedido dos pais ou responsável, pelo prazo de 1 ano, permitida uma prorrogação.
- b) Antes de embarcar, Bernardo e Maria Jacinta, pais de Yuri, perceberam que não estavam com a autorização judicial que permitia a viagem em família para Londres. Nesse caso, a viagem não será possível.
- c) João, atualmente com 9 anos, mora na zona rural do Município X, contíguo ao Município Y. De segunda a sexta-feira, João viaja ao Município Y para assistir aulas pela manhã e visitar sua avó à tarde sem precisar de autorização judicial para tanto.
- d) Desde que autorizados pelos pais, José Roberto, com 15 anos completos, poderá viajar para Paris com Jean Pierre, francês amigo de sua família.

29. O Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica condutas como crimes e infrações administrativas. Com base no Estatuto, indique corretamente a conduta criminosa:

- a) Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.
- b) Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 16 (dezesseis) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.
- c) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- d) Vender, expor à venda, disponibilizar, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito por meio de montagem de fotografia.

30. A Declaração Universal dos Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas em novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil prevendo que:

- a) A Declaração não assegura à criança os benefícios da previdência social, deixando-os resguardados aos maiores de 18 (dezoito) anos.
- b) A criança de tenra idade não será separada da mãe, salvo em circunstâncias excepcionais.
- c) A criança figurará, exclusivamente nas situações de perigo e urgência, entre os primeiros a receber proteção e socorro.
- d) A Declaração veda expressamente o trabalho remunerado aos menores de 18 (dezoito) anos.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Nos termos do artigo 24 do Código Penal, *“Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, era razoável exigir-se”*. Sobre a causa excludente de ilicitude em apreço, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a teoria diferenciadora, não é possível o estado de necessidade exculpante, mas apenas o justificante.
- b) É cabível o estado de necessidade em crime permanente.
- c) Não se admite legítima defesa contra quem age em estado de necessidade.
- d) Não é possível estado de necessidade recíproco.

32. Sobre a relação ou nexos de causalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Causa dependente é a fuge da linha normal de desdobramento da conduta.
- b) Causa independente é a que emana da conduta do agente, dela se origina, inserindo-se no curso normal do desenvolvimento causal.
- c) Segundo a teoria da causalidade adequada, causa é todo fato humano sem o qual o resultado não teria ocorrido, quando ocorreu e como ocorreu.
- d) Há rompimento da cadeia causal caso se constate a existência de uma causa superveniente relativamente independente que produza por si só o resultado.

33. Nos crimes de perigo é prescindível a exigência efetiva lesão ou perigo de dano concreto ao bem jurídico tutelado. Considerando esta afirmação, assinale a alternativa correta sobre o tema:

- a) Constitui crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada, ou que se encontre em qualquer das situações previstas no art. 310 do CTB, independentemente da ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo.

b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, não derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.

c) Os crimes de perigo abstrato foram considerados constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em ação declaratória de constitucionalidade.

d) O crime previsto no art. 132 do CP (exposição da vida ou saúde de outrem a perigo) é de perigo abstrato, segundo posição majoritária da doutrina.

34. Considere as seguintes afirmações:

I. A natureza jurídica da sentença concessiva de perdão judicial, no homicídio culposo, segundo orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é condenatória, não subsistindo efeitos secundários.

II. Com relação ao motivo torpe, a vingança pode ou não configurar a qualificadora, a depender da causa que a originou.

III. O privilégio do “relevante valor moral” é incompatível com o homicídio cometido com o emprego de veneno.

IV. A futilidade para qualificar o homicídio deve ser apreciada subjetivamente, ou seja, pela opinião do sujeito ativo.

Conclui-se que está correto o que se afirma **SOMENTE** em

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) II

35. GERALDO integra de forma estável e permanente a estrutura da facção criminosa instalada em determinada comunidade do Rio de Janeiro, exercendo as seguintes funções: é responsável por transportar drogas para o local de revenda e, em outras oportunidades, serve como “fogueteiro”, pois aciona fogos de artifício toda vez que percebe a ação de policiais ou de grupos rivais naquela localidade, a fim de alertar os demais integrantes de sua facção. Nesta hipótese, GERALDO responderá pelos seguintes delitos:

- a) art. 33, caput c/c art. 35 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas)
- b) Art. 33, §4º da Lei nº 11.343/06 (“tráfico privilegiado”)
- c) Art. 33, §4º c/c art. 35 c/c art. 37 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas, associação para o tráfico e colaboração como informante)
- d) Art. 33, §4º c/c art. 35 da Lei nº 11.343/06 (“tráfico privilegiado” e associação para o tráfico de drogas)

36. Assinale a alternativa que expressa o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Aplica-se o princípio da insignificância a casos de transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência, não se caracterizando o fato típico previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/1997.
- b) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.
- c) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- d) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial torna impossível a configuração do crime de furto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

37. Assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) inexistente nulidade pela ausência, em oitiva de testemunha por carta precatória, de réu preso que não manifestou expressamente intenção de participar da audiência.
- b) a falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso.
- c) é inconstitucional a citação por hora certa, prevista no artigo 362 do Código de Processo Penal.
- d) a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas anteriormente, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito.

38. Acerca das questões e processos incidentes, assinale a opção correta.

- a) se reconhecida doença mental preexistente à época do fato, o processo deverá ser suspenso até que o acusado se restabeleça, exceto quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.
- b) o sequestro é medida que visa a constrição dos bens adquiridos com proventos do crime, podendo ser determinado, na literalidade da lei, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou mediante representação da autoridade policial.
- c) a arguição do incidente de falsidade depende da demonstração, pela parte interessada, da falsidade de documento constante nos autos, não sendo permitida a instauração de ofício.
- d) em sendo a exceção de suspeição arguida pelas partes, estará o juiz obrigado a aceitá-la, encaminhando os autos ao substituto.

39. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do procedimento do Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a) em razão do princípio do *in dubio pro societate*, ao final da primeira fase, resguarda-se ao Conselho de Sentença, salvo situação manifesta, a definição sobre causa excludente de ilicitude.
- b) é imprescindível a apresentação das alegações finais pela defesa em processos de competência do Tribunal do Júri.
- c) nos crimes afetos à competência do Tribunal do Júri, cabe apenas ao juiz singular a decretação da perda do cargo ou função pública.
- d) o afastamento de qualificadoras na decisão de pronúncia jamais é admitido, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao Conselho de Sentença.

40. O princípio da fungibilidade recursal

- a) autoriza que um recurso legalmente incabível para a decisão recorrida seja sempre recebido e conhecido como se correto fosse, evitando prejuízo ao recorrente.
- b) permite que a parte interponha recurso substitutivo daquele cabível contra a decisão recorrida, em razão da inobservância do prazo legal para interposição.
- c) não é aplicável quando se tratar de erro grosseiro, quando inexistente qualquer dúvida razoável sobre o recurso cabível.
- d) de acordo com a doutrina, é aplicável no caso de recurso de fundamentação livre ou vinculada.

41. A respeito das provas no processo penal, é correto afirmar:

- a) é facultado ao juiz, de ofício, ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, desde que já iniciada a ação penal.
- b) de acordo com a teoria da prova ilícita *pro reo*, é admitida a prova ilícita em favor do acusado, desde que não tenha sido por ele produzida.
- c) o juiz ou a autoridade policial negará a perícia ou o exame de corpo de delito requeridos pelas partes,

quando não forem necessários ao esclarecimento da verdade.

- d) a confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

42. Julgue os itens a seguir de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- I – Não se admite a pronúncia de acusado fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial.
- II – A condução do interrogatório do réu de forma firme durante o júri importa em quebra da imparcialidade do magistrado e em influência negativa nos jurados.
- III – Não é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar quando o crime é praticado na própria residência da agente, onde convive com filhos menores de 12 anos.
- IV – A existência de ‘denúncias’ anônimas somada à fuga do acusado, por si só, configuram fundadas razões a autorizar o ingresso policial no domicílio do acusado sem o seu consentimento ou determinação judicial.

Está correto o que se afirma nas assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

43. No crime de tráfico de drogas, NÃO constitui causa de aumento da pena

- a) a transnacionalidade do delito.
- b) a toxicidade da substância.
- c) o emprego de arma de fogo.
- d) o transporte entre Estado da Federação e o Distrito Federal.

44. Acerca do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9099/95 e todos os institutos despenalizadores previstos, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.
- b) Considera-se idoso pessoa maior de 65 anos, conforme disposto na CF/88 a gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65 anos de idade.
- c) Os crimes descritos no Estatuto do Idoso são todos de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando a causa excludente de culpabilidade da escusa absolutória ou imunidade penal absoluta e relativa.
- d) O Estatuto do Idoso, ao considerar como idosa a pessoa a partir de 60 (sessenta) anos de idade, alterou o artigo 115 do Código Penal, que prevê a redução do prazo prescricional apenas quando o acusado é maior de 70 (setenta) anos de idade ao tempo da sentença condenatória.

45. Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) nem se exigirá fiança.

46. A respeito da Lei 7.716/89, não caracteriza crime resultantes de preconceito de raça ou de cor:

- a) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- b) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- c) impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.
- d) distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem posicionamento político ostensivo contra o Governo Federal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Jean Vilbert

47. Segundo a jurisprudência do STF e do STJ, no que se refere à implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário:

- a) Podem ser implementadas, mesmo em se tratando de direito de natureza eminentemente infraconstitucional, prescindindo da existência de correlação entre ela e os direitos fundamentais.
- b) Não cabe ao Poder Judiciário determinar medidas à Administração Pública em matéria de políticas públicas o que configuraria violação do princípio da separação de poderes.
- c) Podem ser implementadas, ainda que a omissão ou prestação deficiente por parte da Administração seja justificável no caso, em se tratando de direitos fundamentais.
- d) A alegação de ausência de previsão orçamentária não impede que seja julgada procedente ação civil pública que determine custos à Administração Pública.

48. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição (CF, art. 25). Quanto aos princípios que os Estados devem observar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os princípios constitucionais extensíveis são normas centrais da Constituição Federal que garantem um mínimo de uniformidade, devendo obrigatoriamente ser estendidos às Constituições Estaduais.
- b) Os princípios constitucionais sensíveis são limitações de ordem material, referindo-se à essência da organização constitucional da federação brasileira.
- c) Os princípios constitucionais estabelecidos são normas expressas ou implícitas de organização da União que se estendem aos Estados.
- d) Os princípios ou normas de imitação são normas que as Constituições Estaduais reproduzem da Constituição Federal por força de obrigatoriedade jurídica.

49. No que se refere à história constitucional do Brasil, indique a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição de 1891 adotou a teoria dos 4 Poderes.
- b) A Constituição de 1946 estatuiu um Estado centralizado.
- c) A Constituição de 1934 criou a Justiça do Trabalho e direitos trabalhistas
- d) A Constituição de 1824 adotou o Estado laico.

50. Os direitos fundamentais possuem uma intrínseca ligação com correntes filosóficas que fundamentam sua existência e buscam explicar seus desdobramentos. Quanto a esse contexto, assinale a opção CORRETA:

- a) Para o jusnaturalismo, o processo de positivação pelo Estado dos direitos fundamentais possui natureza constitutiva.
- b) Na visão do idealismo, os direitos fundamentais são princípios e ideias abstratas que ao longo do tempo vão sendo concretizadas pela realidade social.
- c) Para o positivismo, o direito natural metafísico é a base dos direitos fundamentais positivados.

d) Segundo a corrente do realismo, os direitos fundamentais são resultado concreto de lutas e políticas sociais. Portanto, independem de positivação pelo Estado.

51. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, marque a opção CORRETA:

- a) O controle repressivo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- b) Pelo controle difuso ou fechado, qualquer juiz ou Tribunal pode exercer o controle.
- c) Quanto à competência jurisdicional, o sistema jurisdicional brasileiro adota o modelo de controle misto ou combinado.
- d) O controle abstrato de constitucionalidade tem como principal finalidade a proteção de direitos subjetivos.

52. São requisitos para admissão do *amicus curiae*, EXCETO:

- a) relevância da matéria.
- b) representatividade nacional.
- c) pertinência temática.
- d) requerer seu ingresso no feito ou ser convidado a nele ingressar.

53. NÃO é de iniciativa privativa do Presidente da República a lei que:

- a) cria e extingue órgãos da administração pública federal.
- b) dispõe sobre servidores públicos da União, do Distrito Federal e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- c) estabelece normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- d) trata da organização administrativa e judiciária dos Territórios.

54. A prisão do magistrado somente é admitida:

- a) Por decisão judicial do respectivo tribunal ou pelo tribunal do local em que ocorreu o crime.
- b) Por decisão judicial transitada em julgada, no caso de crime inafiançável.
- c) Trata-se de desembargador, será competente o STJ para decretar a prisão preventiva, não o respectivo tribunal.
- d) Após investigação presidida pela autoridade de polícia judiciária, seja a Polícia Federal ou Civil.

55. Sobre as formas e sistemas de Estado e Governo, marque a opção CORRETA:

- a) A forma de Estado indica o mecanismo de distribuição vertical do poder político.
- b) O sistema de governo retrata o modo de organização do poder em relação ao povo.
- c) A forma de governo trata da distribuição horizontal do poder político.
- d) Há dois sistemas básicos de governo: monarquia e república.

56. Sobre a diferenciação entre princípios e regras:

- a) Regras fornecem razões contributivas para a decisão.
- b) Em caso de conflito entre regras, a solução pode se dar por cláusula de exceção.
- c) Não há cumprimento gradual ou ponderação de norma.
- d) Regras são comandos *prima facie*.

GABARITO: B

Comentários: A Assertiva A está errada. Regras fornecem razões definitivas para as decisões.

A Assertiva B está CORRETA. havendo conflito, uma das regras é inválida ou afastada por cláusula de exceção (ex: o homicídio é afastado pela legítima defesa).

A Assertiva C está de bobeira. Norma não é o mesmo que regra. Norma é o gênero, que inclui a espécie princípio, que admite cumprimento gradual ou ponderação.

A Assertiva D está equivocada. Princípios são comandos *prima facie* (fornecem razões contributivas, não

definitivas, para a decisão) podendo, mesmo que válidos, ceder total ou parcialmente em caso de colisão.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

57. Sobre as deliberações e competências do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral delibera por maioria de votos, em sessão pública, sempre com a presença da maioria de seus membros.
- b) Em regra, o Tribunal Superior Eleitoral delibera com a presença da maioria de seus membros. Entretanto, as decisões do Tribunal Superior, assim na interpretação do Código Eleitoral em face da Constituição e cassação de registro de partidos políticos, como sobre quaisquer recursos que importem anulação geral de eleições ou perda de diplomas, só poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros
- c) O Tribunal Superior Eleitoral tem competência para processar e julgar, originariamente, o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e Vice Presidência da República e ao Senado Federal.
- d) Compete originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar a ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro do prazo de dois anos de decisão irrecorrível

58. Sobre os direitos políticos e o exercício da soberania popular, é correto afirmar que:

- a) A diferença entre o plebiscito e o referendo está no momento da consulta em relação à tomada de decisão política. No plebiscito a consulta ao eleitorado é feita de maneira posterior em relação à tomada de decisão, enquanto no referendo a consulta é feita de maneira prévia à decisão tomada pelo governante.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República convocar plebiscito e referendo.
- c) A execução de plebiscito e referendo é atribuição da Justiça Eleitoral.

d) A iniciativa popular consiste na possibilidade de o povo apresentar um projeto de lei ou uma proposta de emenda constitucional diretamente ao Parlamento.

59. Acerca da inelegibilidade reflexa, é correto afirmar que:

- a) A inelegibilidade reflexa torna inelegíveis o cônjuge e os parentes do titular de mandato eletivo, visando impedir que a titularidade do poder político se perpetue no âmbito de um núcleo familiar, numa espécie de *continuismo familiar* no exercício do Poder.
- b) A inelegibilidade reflexa incide não apenas sobre a relação conjugal, como também sobre a relação de união estável, seja homoafetiva ou heteroafetiva.
- c) A dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade reflexa, ainda que ocorra em razão do falecimento do titular do Poder Executivo.
- d) Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção do Prefeito estão inelegíveis para qualquer eleição municipal no País.

60. Acerca da cota de gênero no registro de candidatura para as eleições proporcionais, é correto afirmar:

- a) A quantidade de candidaturas femininas registradas por um partido não impacta na quantidade de candidaturas masculinas registradas pelo partido, eis que as candidaturas não são vinculadas por sexo.
- b) Da quantidade de candidatos que podem ser registrados pelos partidos, os partidos devem registrar no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo.
- c) A candidatura feminina formalmente registrada na justiça eleitoral que, em verdade, não representa candidatura alguma, pois a “suposta candidata”, apesar de registrada como se candidata fosse, não disputa efetivamente o pleito eleitoral, configura fraude na cota de gênero.
- d) A fraude na cota de gênero somente pode ser discutida por meio de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, não podendo ser objeto de discussão por meio de Ação de Investigação Judiciária Eleitoral.

61. Sobre a revisão do eleitorado, é correto afirmar que:

- a) Havendo denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Superior eleitoral poderá determinar a realização de correção e, provada a fraude em proporção comprometedoras, ordenará a revisão do eleitorado, com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão.
- b) A revisão do eleitorado deverá ser sempre presidida pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral, por intermédio da corregedoria nacional, inspecionar os serviços de revisão.
- c) Não será realizada revisão de eleitorado em ano eleitoral, salvo em situações excepcionais, quando autorizada pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- d) A sentença de cancelamento deverá ser específica para cada município abrangido pela revisão e deve ser prolatada no prazo máximo de dez dias contados da data do retorno dos autos do Ministério Público, podendo o Tribunal Regional Eleitoral fixar prazo inferior.

62. Sobre a criação e registro de partidos políticos é incorreto afirmar que:

- a) O requerimento de registro do partido político deve ser dirigido a um cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas situado no local da sede da agremiação partidária
- b) Devidamente registrado no cartório civil, o partido adquire personalidade jurídica, passando a existir enquanto pessoa jurídica, mas ainda não goza dos benefícios constitucionais e legais outorgados aos partidos políticos, o que somente ocorrerá após o registro eleitoral.
- c) O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral é condição para que o partido possa participar do processo eleitoral, receber recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- d) Somente é admitido o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral do partido que comprove ter apoio de um percentual de eleitores definido em

lei, sendo que os eleitores que apoiam a criação do novo partido podem ser filiados a partido político.

JUIZADOS ESPECIAIS

Rodrigo Vaslin / Ivan Marques

63. Sobre os Juizados Especiais Cíveis, instituídos pela Lei nº 9.099/95, é errado afirmar:

- a) As pessoas jurídicas qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei nº 9.790/99, são admitidas a propor ação perante o Juizado Especial.
- b) A ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei nº 9.099/95 deve ser ajuizada no prazo de 02 (dois) anos a contar do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.
- c) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de Organização Judiciária.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) A incompetência territorial não pode ser reconhecida de ofício no âmbito dos juizados especiais cíveis.
- b) É incabível a impetração de mandado de segurança, no âmbito da Justiça Comum, para realizar o controle da competência dos Juizados Especiais,
- c) Compete ao STJ decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.
- d) Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.

65. Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) nem se exigirá fiança.

66. De acordo com as regras dos Juizados Especiais Criminais, o representante do Ministério Público poderá apresentar proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos, em audiência preliminar, na seguinte situação:

- a) ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa em transação penal anterior.
- b) ter sido o agente processado nos últimos 12 meses pelo rito comum sumaríssimo, processo pendente de sentença.
- c) não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- d) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO PARANÁ

Tiago Zanolla

67. Mário, auxiliar da justiça do foro judicial, delegou a um de seus subordinados tarefa não prevista em lei. Segundo a Lei n.º 14.277/2003, pelo ato praticado, Mário está sujeito a penalidade de

- a) Advertência
- b) Censura
- c) Suspensão
- d) Demissão

68. Segundo a Lei n.º 14.277/2003, os Juízes de Direito são competente para aplicar as seguintes penalidades a auxiliares do foro judicial, exceto

- a) Advertência
- b) Censura
- c) Suspensão
- d) Demissão

69. A divisão judiciária compreende a criação, alteração e a extinção de unidades judiciárias, sua classificação e agrupamento, e, para fins de administração do Poder Judiciário, o território do Estado tem como unidades judiciárias:

- I. Distritos.
- II. Termos Judiciários.
- III. Foros Regionais.
- IV. Comarcas.
- V. Comarcas Vinculadas

Está correto o anunciado em:

- a) Itens I e II, apenas
- b) itens III, IV e V, apenas
- c) Itens I e IV, apenas.
- d) Itens I, III e IV, apenas

70. O Corregedor-Geral de Justiça expediu ato para providência interna e circunscrita ao plano administrativo da Corregedoria-Geral da Justiça. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, o ato expedido é um(a)

- a) Portaria
- b) Decreto
- c) Instrução
- d) Ordem de Serviço

71. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, o Juiz inspecionará as Secretarias e Ofícios Extrajudiciais a ele subordinados,

- a) no primeiro trimestre de cada ano, e fará a remessa do processo de Inspeção finalizado à Corregedoria-Geral da Justiça até o dia 31 (trinta e um) do mês de março do mesmo ano.
- b) no primeiro semestre de cada ano, e fará a remessa do processo de Inspeção finalizado à Corregedoria-Geral da Justiça até o dia 31 (trinta e um) do mês de julho do mesmo ano.
- c) no primeiro semestre de cada ano, e fará a remessa do processo de Inspeção finalizado à Corregedoria-Geral da Justiça até o dia 31 (trinta e um) do mês de junho do mesmo ano.

d) no primeiro bimestre de cada ano, e fará a remessa do processo de Inspeção finalizado à Corregedoria-Geral da Justiça até o dia 28 (vinte e oito) do mês de fevereiro do mesmo ano.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

72. Fernando constituiu, regularmente, empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) destinada à prestação de serviços educacionais. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Fernando

- a) não poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade.
- b) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que a primeira esteja em atividade há pelo menos cinco anos.
- c) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que se destine a outro ramo de negócio.
- d) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que o capital social da primeira esteja totalmente integralizado.

73. Assinale a opção que indica a denominação dada ao elemento incorpóreo do estabelecimento empresarial pertencente ao empresário e que concerne à localização do imóvel onde é exercida a mercancia ou atividade industrial, que não se confunde com o imóvel propriamente dito e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que é protegido pela lei de locações.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) ponto empresarial

74. Para aprovação das deliberações, as sociedades limitadas exigem quóruns diferenciados, a depender da matéria a ser discutida. Acerca desse assunto, assinale a opção que indica uma matéria que exige, no mínimo, o quórum de três quartos do capital social para sua aprovação.

- a) aprovação das contas da administração
- b) destituição dos administradores da sociedade
- c) pedido de recuperação de empresa em juízo
- d) modificação do contrato social

75. De acordo com o Código Civil, é característica das sociedades cooperativas

- a) o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- b) a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ressalvados os casos de transmissão por herança.
- c) a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ressalvado o caso de dissolução da sociedade.
- d) a impossibilidade, aliada à invariabilidade, de dispensa do capital social.

76. A resolução de uma sociedade simples pode ocorrer por

- a) decurso do prazo de duração ou por decisão majoritária dos sócios, quando a sociedade tiver prazo indeterminado.
- b) decisão unânime dos sócios e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.
- c) morte do sócio, se não houver disposição diferente no contrato social, ou por exclusão judicial do sócio devido a falta grave no cumprimento de obrigações societárias.
- d) falta de pluralidade de sócios por mais de cento e oitenta dias e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.

77. À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito das empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI).

- a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) A participação do empresário em outra EIRELI é permitida, sendo a ele, entretanto, vedada a participação em outras espécies societárias.
- c) A formação dessas empresas poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.
- d) As regras previstas para as sociedades em comandita simples serão aplicadas às EIRELI, no que couber.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério da Cunha

78. Uma criança de 09 anos de idade no tocante à capacidade tributária passiva prevista no Código Tributário Nacional

- a) possui plena capacidade tributária.
- b) possui capacidade tributária restrita, por se tratar de menor absolutamente incapaz.
- c) possui capacidade tributária relativa até completar 16 (dezesesseis) anos de idade.
- d) possui capacidade tributária relativa até completar 18 (dezoito) anos de idade.

79. Sobre a repartição das receitas tributárias assinale a opção correta:

- a) Pertencem aos Municípios 30% da arrecadação do ITR relativo aos imóveis nele situados
- b) Pertencem aos municípios 30% da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seu território.
- c) A União entregará 20% da receita dos impostos residuais aos Estados.
- d) Pertencem aos Municípios 35% produto da arrecadação do ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

80. Sobre o contencioso judicial em direito tributário, assinale a opção incorreta:

- a) Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- b) Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no art. 6º da Lei n. 6.830/1980.
- c) A reunião de execuções fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do Juiz.
- d) Admite-se exceção de pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA.

81. *“Não obstante, não quer a Constituição que determinadas situações materiais sejam oneradas por tributos (ou por algum tributo em especial). Dessa forma, complementando o desenho do campo sobre o qual será exercida a competência tributária, a Constituição exclui certas pessoas, ou bens, ou serviços, ou situações, deixando-os fora do alcance do poder de tributar.”* (Amaro, Luciano. Direito tributário brasileiro. - 12. ed. rev. e atual. - São Paulo : Saraiva, 2006, p. 151). O conceito mencionado na citação refere-se à:

- a) Isenção
- b) Imunidade
- c) Não incidência
- d) Seletividade

82. Assinale a opção correta de acordo com as regras de responsabilidade tributária do sistema tributário nacional:

- a) O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data do encerramento do inventário.
- b) A responsabilidade tributária do sucessor abrange, além dos tributos devidos pelo sucedido, as multas moratórias, mas não as de natureza punitiva.
- c) Na solidariedade tributária, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

d) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato

83. Sobre os impostos de competência do Estados e Distrito Federal assinale a opção correta:

- a) A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.
- b) A capacidade ativa referente ao IPVA pertence ao estado onde o veículo automotor deve ser licenciado, considerando-se a residência ou, no caso de pessoa jurídica, seu domicílio, que é o estabelecimento a que tal veículo vinculado.
- c) O imposto de transmissão "causa mortis" é devido pela alíquota vigente ao tempo da homologação da partilha.
- d) A Constituição Federal de 05/10/1988 prevê que o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) será seletivo, ao passo que prevê que o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) poderá ser seletivo

DIREITO AMBIENTAL

Rodrigo Assumpção

84. No que se refere ao zoneamento industrial, assinale a alternativa correta:

- a) As zonas de uso predominantemente industrial destinam-se à localização de estabelecimentos industriais, cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural que se situem, e com elas se compatibilizem, independentemente do uso de métodos especiais de controle da poluição, não ocasionando, em qualquer caso, inconvenientes à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações vizinhas.
- b) As zonas de uso estritamente industrial destinam-se, preferencialmente, à instalação de indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas e nem perturbem o repouso noturno das populações.
- c) As zonas de uso diversificado destinam-se à localização de estabelecimentos industriais, cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural que se situem, e com elas se compatibilizem independentemente do uso de métodos especiais de controle da poluição, não ocasionando, em qualquer caso, inconvenientes à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações vizinhas.
- d) As zonas de reserva ambiental destinam-se à localização de estabelecimentos industriais, cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural que se situem, e com elas se compatibilizem independentemente do uso de métodos especiais de controle da poluição, não ocasionando, em qualquer caso, inconvenientes à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações vizinhas.

85. Considere as seguintes assertivas:

- I – No momento da renovação da licença ambiental, a autoridade ambiental deverá manter o mesmo prazo estabelecido na licença já expirada, não podendo majorar nem reduzir o prazo de validade da licença.

II – Caso a renovação da licença seja solicitada tempestivamente, esta será considerada renovada até a manifestação da autoridade licenciante.

III – Em caso de atividade de pequeno impacto ambiental, será possível a dispensa do procedimento trifásico de licenciamento ambiental, o qual poderá ser realizado em apenas uma fase.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Nenhuma das assertivas está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

86. Daniela praticou infração administrativa ambiental, sendo lavrado auto de infração ambiental em seu desfavor. Em sua defesa, Daniela alegou a existência de vícios no auto de infração.

Acerca dos vícios no auto de infração ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A existência de vício na forma do auto de infração poderá ser convalidada. Por tratar-se de vício formal, não é necessária a abertura de novo prazo para defesa.
- b) Considera-se vício sanável aquele que sua correção implicaria modificação do fato narrado.
- c) O erro no enquadramento legal da infração implica vício insanável.
- d) Declarada a nulidade do auto de infração, não é possível que seja lavrado novo auto.

87. Considere as seguintes afirmativas:

I – A prescrição da pretensão da Administração Pública de promover a execução de multa por infração ambiental é contada a partir do término do processo administrativo.

II – A lavratura dos autos de infração ambiental do IBAMA não é exclusiva dos analistas ambientais.

III – A apuração de infração administrativa ambiental é ato discricionário da Administração Pública.

Está correto o que se afirma:

- a) Na afirmativa I, apenas.
- b) Na afirmativa II, apenas.
- c) Na afirmativa III, apenas.
- d) Nas afirmativas I e II, apenas.

88. Acerca das competências constitucionais ambientais, assinale a alternativa correta:

- a) Aos Municípios compete suplementar apenas a legislação estadual, enquanto a federal será suplementada pelos Estados.
- b) O meio ambiente do trabalho não é abrangido pela competência legislativa concorrente.
- c) A defesa permanente contra as calamidades públicas é competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, exceto nos casos de secas e inundações, que são de competência exclusiva da União.
- d) Em caso de conflito entre normas ambientais federais e estaduais, prevalecerá a norma federal.

89. Analise as assertivas a seguir:

- I – Não se configura *bis in idem* a cominação de reparação do dano ambiental cominada com a indenização pecuniária.
- II – De maneira excepcional e em casos específicos, a jurisprudência admite a responsabilização civil ambiental sem nexo causal.
- III – A Constituição Federal somente prevê a responsabilidade civil ambiental objetiva em caso de dano decorrente de atividade nuclear.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

90. Considere as afirmativas a seguir.

- I - O Ministério do Meio Ambiente é o órgão superior do SISNAMA, com a função de formular a política nacional e as diretrizes do meio ambiente.

II - O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, sendo de sua competência estudar e propor ao Governo Federal diretrizes de políticas compatíveis com o meio ambiente.

III - O IBAMA é o órgão central do SISNAMA, possuindo a atribuição do exercício do poder de polícia ambiental nos âmbitos federal e estadual. Quanto ao poder de polícia no âmbito municipal, este é exercido pelos órgãos locais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas uma alternativa está correta.
- b) Apenas duas alternativas estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

91. Em relação à formação histórica do Direito Administrativo, bem como a influência do Direito estrangeiro sobre a ordem jurídica brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) As teorias sobre responsabilidade civil do Estado adotadas no Brasil foram fortemente influenciadas pelo direito italiano.
- b) Pode-se dizer que a construção dos princípios da função social da propriedade e da subsidiariedade teve influência da doutrina social da igreja.
- c) O fenômeno conhecido como agencificação tem origem no sistema da *common law* europeu, destacando-se a influência da Inglaterra.
- d) A fuga para o direito privado é algo que ainda não se verifica no Direito Administrativo brasileiro, sendo apenas um ponto de vista doutrinário e teórico.

92. Acerca dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Em homenagem ao princípio da continuidade do serviço público, a concessionária de serviço público não pode suspender o fornecimento de energia elétrica em face do inadimplemento do usuário.
- b) O princípio da boa administração em nada se relaciona ao princípio da eficiência, estando baseado apenas na moralidade administrativa.
- c) O princípio da sindicabilidade se relaciona ao controle judicial da Administração Pública e tem previsão constitucional implícita.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro não prevê a descentralização como um princípio de organização administrativa.

93. A Lei da Ação Popular (Lei Federal nº 4.717/65) traz informações importantes para a definição dos elementos dos atos administrativos. Assinale a alternativa correta acerca dessa temática.

- a) O desvio de finalidade é verificado quando o ato praticado pelo agente visou a fim diverso daquele previsto na regra de competência e pode ser caracterizado como ato de improbidade administrativa.
- b) A obrigatoriedade de motivação dos atos administrativos decorre de expressa previsão constitucional a respeito, impondo-se a todos os agentes da Administração Pública.
- c) A competência é elemento discricionário e acidental do ato administrativo, tendo em vista que apenas ocasionalmente ela tem previsão legal expressa.
- d) O vício de forma ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei ou de outro ato normativo.

94. Assinale a alternativa incorreta sobre o processo administrativo e sobre a Lei Federal nº 9.784/99:

- a) Caso uma pessoa venha a desatender uma intimação, reconhece-se a verdade dos fatos alegados pela Administração.
- b) A autenticação de documentos exigidos em cópia pode ser feita pelo próprio órgão administrativo.

c) O comparecimento a uma consulta pública não confere àquela pessoa a condição de interessada no processo administrativo.

d) O recurso administrativo tramitará por no máximo três instâncias administrativas.

95. Sobre a Lei Geral de Concessão e Permissão de Serviços Públicos (Lei Federal nº 8.987/95), assinale a alternativa correta.

- a) A licitação para concessão ou permissão de serviço público não admite como critério de julgamento a maior oferta, característica apenas dos leilões previstos na Lei nº 8.666/93.
- b) Os critérios de reajuste e revisão da tarifa do serviço público devem constar nos contratos de concessão e permissão, sendo dispensada sua previsão nos editais das licitações.
- c) O vencedor da licitação deve ressarcir os custos que a Administração teve com estudos e levantamentos para a realização daquela descentralização de serviço público, desde que isso esteja previsto em edital.
- d) Em hipótese alguma a concessionária poderá ter sua administração assumida por outra pessoa com a qual não mantenha vínculo societário direto.

96. Determinado órgão público planeja realizar um serviço comum de engenharia civil cujo valor estimado está orçado em R\$ 5 milhões. Para viabilizar referida contratação, assinale os procedimentos licitatórios que podem ser utilizados pela Administração Pública.

- a) Não é possível a utilização de pregão eletrônico, tendo em vista que qualquer objeto de engenharia não se enquadra nessa modalidade licitatória.
- b) É possível à autoridade competente optar entre a tomada de preços e a concorrência.
- c) Se o órgão público for a ANATEL, é possível a utilização da modalidade licitatória da consulta.
- d) É possível realizar a contratação por meio das modalidades da concorrência e do pregão eletrônico.

97. Assinale a alternativa correta quanto aos contratos administrativos e o regime jurídico a eles aplicável:

- a) Por expressa disposição da Lei Federal nº 8.666/93, é inadmissível o reajuste dos preços contratuais antes do interstício mínimo de 12 meses.
- b) A alteração do regime de execução da obra ou do serviço pode se dar de maneira unilateral pela Administração Pública.
- c) Apenas a inexecução total das obrigações contratuais pode ensejar a rescisão unilateral do contrato.
- d) O recebimento de serviços profissionais pode se dar diretamente em definitivo, sendo dispensável o recebimento provisório.

98. Assinale a alternativa correta quanto às agências reguladoras:

- a) A natureza especial dessas entidades não lhes confere autonomia financeira.
- b) O presidente de cada entidade tem competência para decidir sozinho sobre matéria referente a regulação.
- c) Como regra geral, o ex-dirigente fica impedido de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência pelo prazo de 6 meses.
- d) É possível a indicação de ministro ou de secretários estaduais a cargos de diretoria nas agências reguladoras.

99. A desapropriação é uma das modalidades supressivas de intervenção do Estado na propriedade particular. Assinale a alternativa correta quanto às desapropriações por utilidade pública:

- a) Concessionários de serviços públicos não podem, em hipótese alguma, promover desapropriações.
- b) O ato formal de desapropriação caduca em 5 anos, contados a partir da data de expedição do decreto.
- c) A iniciativa da desapropriação é exclusiva do Poder Executivo.
- d) A mera declaração de utilidade pública não autoriza as autoridades administrativas a entrarem nos bens abrangidos pela citada declaração.

100. Em relação ao controle judicial da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No âmbito da ação do mandado de segurança, não cabe ao Poder Público realizar pedido de suspensão de liminar ao Tribunal competente.
- b) A ação popular, por ser um instrumento de cidadania, é uma ação gratuita e isenta de custas.
- c) A decisão de mérito da ação do mandado de injunção somente alcança as partes envolvidas no pedido realizado.
- d) A omissão quanto ao fornecimento de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública, quando requisitados pelo Ministério Público, constitui um crime.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJ-PR-08-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
